

O ESTADO DO AMAZONAS COMO CORREDOR ESTRATÉGICO DO NARCOTRÁFICO INTERNACIONAL: DESAFIOS OPERACIONAIS E ESTRATÉGIAS INTERAGÊNCIAS DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS NO ENFRENTAMENTO ÀS FACÇÕES CRIMINOSAS

Rodrigo Bezerra de Araújo¹
Denison Melo de Aguiar²
Flávio Humberto Pascarelli Lopes³
Bruno Patrício de Azevedo Campos⁴
Marcos Klinger dos Santos Paiva⁵
Thiago Balbi de Souza Lima⁶

RESUMO: A consolidação do Estado do Amazonas como corredor estratégico do narcotráfico internacional decorre da combinação entre extensa faixa de fronteira, logística fluvial complexa e baixa capacidade de controle estatal em regiões periféricas da Amazônia Legal. Inserido nesse contexto, o Amazonas articula rotas que conectam os principais países produtores de cocaína da região andina aos mercados consumidores brasileiros, europeus e africanos, ampliando a relevância geopolítica do território para as organizações criminosas. Este artigo tem por objetivo

¹ Pós-Graduado em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Futura. Bacharel em Direito pela Universidade Paulista – UNIP. Bacharel em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Cadete da Polícia Militar do Amazonas.

² Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA).

³ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

⁴ Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade La Salle de Manaus – UNILASSALE, E em MBA em Gestão Estratégica da Administração Pública pela Faculdade Descomplica – DESCOMPLICA. Graduado em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. Chefe do Estado Maior Geral e Coronel da Polícia Militar do Amazonas – PMAM.

⁵ Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Mestre em Direito Constitucional pela UNIFOR. Especialista em Gestão Estratégica em Segurança Pública pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Bacharel em Direito pela Universidade Cruzeiro do Sul e Bacharel em Segurança Pública pela Academia da Polícia Militar do Ceará. Imortal da Academia de Literatura, Arte e Cultura da Amazônia (ALACA). Doutorando em Direito pela UNIFOR. Coordenador de Grupo de Pesquisa MARbC/UEA em Mecanismos de Soluções de Conflitos, Direitos Humanos e Segurança Pública.

⁶ Coronel da Polícia Militar do Amazonas. Especialista em Docência do Ensino Superior, em Segurança Pública, e em Segurança de Aviação e Aeronavegabilidade pelo ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas. Mestre em Direito Constitucional pela UNIFOR. Subcomandante-Geral da Polícia Militar do Amazonas (PMAM).

analisar o Amazonas como corredor estratégico do narcotráfico internacional e examinar os desafios operacionais enfrentados pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM) no enfrentamento às redes criminosas transnacionais, bem como as estratégias interagências adotadas para ampliar a capacidade de resposta estatal. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, baseada em revisão de literatura e análise documental de artigos científicos, relatórios oficiais, legislações e anuários de segurança pública. Os resultados indicam que a expansão do narcotráfico potencializa desigualdades socioeconômicas, aprofunda a vulnerabilidade de comunidades ribeirinhas e periféricas e se articula a outros crimes, como garimpo ilegal e desmatamento. Evidenciam, ainda, que a atuação da PMAM é limitada por restrições de efetivo, infraestrutura e logística, exigindo investimentos continuados em inteligência policial, tecnologia e cooperação interagências, a exemplo das Bases Arpão. Conclui-se que, embora as estratégias de integração entre órgãos de segurança pública e defesa nacional tenham produzido resultados relevantes no aumento de apreensões e na desarticulação de rotas, permanecem desafios estruturais que demandam políticas de longo prazo, combinando ações repressivas, prevenção social e proteção socioambiental

Palavras-chave: Narcotráfico. Amazônia. Polícia Militar. Inteligência policial. Estratégias interagências.

ABSTRACT: The consolidation of the state of Amazonas as a strategic corridor for international drug trafficking stems from the combination of its extensive border area, complex river logistics, and low state control capacity in peripheral regions of the Legal Amazon. Within this context, Amazonas articulates routes connecting the main cocaine-producing countries of the Andean region to Brazilian, European, and African consumer markets, increasing the geopolitical relevance of the territory for criminal organizations. This article aims to analyze Amazonas as a strategic corridor for international drug trafficking and examine the operational challenges faced by the Amazonas Military Police (PMAM) in confronting transnational criminal networks, as well as the interagency strategies adopted to expand the state's response capacity. Methodologically, this is a qualitative, descriptive, and exploratory research, based on a literature review and documentary analysis of scientific articles, official reports, legislation, and public security yearbooks. The results indicate that the expansion of drug trafficking exacerbates socioeconomic inequalities, deepens the vulnerability of riverside and peripheral communities, and is linked to other crimes such as illegal mining and deforestation. They also show that the performance of the Amazonas Military Police (PMAM) is limited by constraints in personnel, infrastructure, and logistics, requiring continued investment in police intelligence, technology, and interagency cooperation, such as the Arpão Bases. It is concluded that, although integration strategies between public security and national defense agencies have produced significant results in increasing seizures and disrupting trafficking routes, structural challenges remain that demand long-term policies combining repressive actions, social prevention, and socio-environmental protection.

Keywords: Drug trafficking; Amazon. Military Police. Police intelligence. Interagency strategies.

INTRODUÇÃO

A globalização dos mercados ilícitos transformou a dinâmica da segurança pública em todo mundo. No Brasil, essa realidade se manifesta com particular gravidade na região norte. Nas últimas décadas, a região amazônica consolidou-se como um espaço central na teia global das redes criminosas (SANTOS, 2023). Nesse cenário o Estado do Amazonas ocupa uma posição estrategicamente importante na geopolítica do narcotráfico sul americano. O Estado do Amazonas, especificamente, desempenha um papel de corredor logístico fundamental para o narcotráfico internacional, ligando os principais produtores mundiais de cocaína (Peru e Colômbia) aos grandes centros de distribuição no Sudeste brasileiro, na Europa e na África (RODRIGUES, 2014).

A combinação entre fronteiras extensas, floresta densa, baixa densidade demográfica e forte dependência de eixos fluviais favorece o uso do território amazônico como corredor estratégico de circulação, armazenamento e redistribuição de drogas em escala transnacional. É nesse cenário que a Polícia Militar do Estado do Amazonas, responsável pelo policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública conforme previsão Constitucional prevista no artigo 144, § 5º da CRFB/88, enfrenta desafios operacionais significativos para conter a ação das organizações criminosas, que atuam em nessa região, ligadas ao narcotráfico internacional.

3

Estudos recentes sobre geopolítica do tráfico de drogas no Amazonas, conforme demonstraremos do decorrer do trabalho, demonstra que o estado deixou de ser apenas rota de passagem e passou a assumir relevância como um espaço de consolidação de mercados ilícitos e disputas entre facções criminosas. Os rios amazônicos, principalmente os que conectam a tríplice fronteira a Manaus e os principais centros urbanos locais, são utilizados como corredores de circulação, articulando assim sofisticadas redes logísticas nas quais são usados embarcações, portos clandestinos e comunidades ribeirinhas vulneráveis.

Além disso, estudos apontam que a atuação da Polícia Militar do Amazonas acaba sendo menos eficaz devido o pequeno efetivo policial que atua na região, infraestrutura inadequada, e uma coordenação interinstitucional entre os órgãos de segurança pública e as forças armadas que ainda não é o ideal para superar todos os desafios existentes no enfrentamento do problema. Entretanto, ainda que de forma embrionária, a PMAM tem atingido resultados significativos com a utilização de novas tecnologias, sistemas de videomonitoramento, sistemas de informação e inteligência e os aportes financeiros feitos para a implementação e manutenção das “Base Arpão” que tem apresentado bons resultados na apreensão de entorpecentes na região.

O objeto de pesquisa tem a finalidade de fazer uma análise, não exaustiva do tema, das principais características que tornaram o Estado do Amazonas convidativo para a atuação das facções criminosas utilizando o Amazonas como um dos principais corredores estratégico do narcotráfico internacional, considerando sua inserção na Amazônia Legal, a proximidade com a tríplice fronteira com países que são grandes produtores de entorpecentes, a imensa região de fronteira e o papel dos grandes rios como eixos logísticos de escoamento da cocaína andina para os mercados brasileiro, europeu e africano (AGUIAR; BENAYON JÚNIOR; LOPES, 2020; VILLELA, 2015; MACHADO, 2009). Nesse sentido, busca-se compreender como as organizações criminosas transnacionais que atuam na região se articulam territorialmente no Amazonas, utilizando-se de rotas fluviais, áreas de floresta de difícil acesso e a imensidão e características das áreas fronteiriças que desafiam a capacidade de controle estatal, em diálogo com abordagens geopolíticas do narcotráfico na Amazônia Legal.

Além disso, o objeto aborda sobre os desafios operacionais e as estratégias adotadas pela Polícia Militar do Amazonas no enfrentamento às facções criminosas que atuam nesse contexto transnacional, considerando aspectos como limitações de efetivo, infraestrutura e inteligência, iniciativas recentes de inovação tecnológica em segurança pública nas fronteiras amazônicas (AGUIAR; GOMES; MOREIRA, 2024). Interessa, ainda, investigar como a atuação da PMAM se articula com políticas públicas de drogas, operações interagências e esforços de integração entre segurança pública, defesa nacional e proteção socioambiental, diante da ameaça a soberania estatal representada pela atuação do narcotráfico na região (AGUIAR; ROSA, 2019; AGUIAR et al., 2023).

Do ponto de vista Institucional para o estudo da atuação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) no contexto do narcotráfico internacional decorre da importância que o estado ocupa como uma das principais rotas de escoamento de cocaína andina pela Amazônia Legal, o que desafia diretamente a capacidade operacional da PMAM como instrumento estatal importante no enfrentamento dessa problemática de segurança pública. O presente estudo destaca o quanto o Amazonas se consolidou nos últimos anos como espaço estratégico de trânsito e armazenamento de drogas, visto que ocupa uma posição geográfica estratégica em função da tríplice fronteira e da utilização intensiva da malha fluvial por redes criminais transnacionais, o que aumenta a necessidade por respostas qualificadas das forças estaduais de segurança. Nesse cenário, torna-se imprescindível e desafiador compreender como a PMAM organiza seus recursos humanos, logísticos e tecnológicos para preservar a ordem pública e a soberania estatal

em um território com dimensões continentais e tantos desafios logísticos, demográficos e geográficos a serem superados pelas forças de segurança pública.

Do ponto de vista **científico**, a pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar abordagens que articulem geopolítica do narcotráfico, segurança pública e defesa nacional na Amazônia Legal, facilitando assim aos agentes públicos que atuam na região a elaboração de estratégias mais assertivas, minimizando custos operacionais, humanos e logísticos. Atualmente o narcotráfico deve ser entendido como ameaça não apenas regional, visto que afeta simultaneamente segurança internacional, saúde pública, meio ambiente e desenvolvimento regional, o que exige modelos analíticos capazes de integrar escalas locais e transnacionais. Ao focalizar a PMAM como ator inserido em redes interagências, o estudo contribui para o campo das Relações Internacionais, da geografia política e dos estudos de segurança, ao aproximar a experiência amazônica de debates contemporâneos sobre crime organizado, fronteiras e políticas de drogas.

A principal justificativa social ampara-se no impacto direto que o narcotráfico e a atuação das organizações criminosas exercem sobre a população local, especialmente nas áreas periféricas urbanas e nas comunidades ribeirinhas existentes próximo a tríplice fronteira, onde a atuação do estado é mais frágil. Ao discutir a necessidade de respostas integradas que envolvam segurança pública, políticas sociais e proteção socioambiental. Fatores como a vastidão territorial, capacidade logística limitada e presença estatal insuficiente favorece a atuação de organizações criminosas que atuam na região, se aproveitando da vulnerabilidade da população e da ausência do estado se utiliza da violência para que não haja resistência as práticas criminosas, e se aproveitando da vulnerabilidade econômica para cooptar os jovens a se envolverem nas práticas delituosas oferecendo o que em um primeiro momento parece “oportunidades”, não revelando assim os males sociais e pessoais que acontece quando se opta em viver a margens das leis.

O objetivo geral deste artigo é analisar o Estado do Amazonas como corredor estratégico do narcotráfico internacional e os desafios operacionais da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) no enfrentamento às redes criminosas transnacionais, considerando dinâmicas geopolíticas da Amazônia Legal, limitações institucionais e estratégias de integração com políticas públicas de segurança. Os objetivos específicos são: 1. Mapear as rotas logísticas utilizadas pelo narcotráfico; 2. Identificar e caracterizar as principais rotas fluviais e terrestres utilizadas pelas redes criminosas no Amazonas para o escoamento de cocaína andina, com ênfase na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia e na malha hidrográfica como eixos de

trânsito para mercados brasileiro, europeu e africano; 3. Examinar os desafios operacionais enfrentados pela PMAM, considerando efetivo, infraestrutura, logística, policiamento fluvial e uso de tecnologias de informação e comunicação; 4. Analisar estratégias de integração interagências, incluindo articulação com outros órgãos de segurança pública, defesa nacional e políticas de controle de fronteiras na Amazônia.

O problema de pesquisa pode ser formulado da seguinte maneira: de que forma a condição do Estado do Amazonas como corredor estratégico do narcotráfico internacional impacta os desafios operacionais da Polícia Militar do Amazonas e quais estratégias interagências têm sido mobilizadas para responder a esse cenário na Amazônia Legal?

Como hipótese de trabalho, supõe-se que a consolidação do Amazonas como corredor estratégico do narcotráfico internacional é resultado da combinação entre geografia fluvial complexa, fronteiras extensas e baixa capacidade de controle estatal, o que produz um descompasso entre a magnitude das redes criminosas transnacionais e os recursos operacionais disponíveis à PMAM. Postula-se, ainda, que estratégias interagências e inovações tecnológicas, quando articuladas de forma planejada, podem ampliar a capacidade de enfrentamento do narcotráfico, embora persistam limitações estruturais que exigem políticas de longo prazo.

A metodologia empregada é de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, baseada em revisão de literatura e análise documental. Foram analisados artigos científicos, teses, anuários de segurança pública (como o Anuário de Estatística da SSP-AM de 2025), relatórios de organismos internacionais (UNODC) e institutos de pesquisa (FBSP, Ipea). O tratamento dos dados seguiu o método de análise de conteúdo para identificar e correlacionar as dinâmicas territoriais com as práticas de policiamento.

A pesquisa documental compreende o exame de legislações, planos nacionais e estaduais de segurança pública, relatórios de operações em áreas de fronteira e documentos públicos sobre políticas de combate ao tráfico de drogas. Foram priorizados artigos extraídos de bases de dados acessíveis via Google Acadêmico, especialmente aqueles que discutem geopolítica do tráfico de drogas no Amazonas, policiamento fluvial e inovação tecnológica em segurança pública.

2. A GEOGRAFIA DO NARCOTRÁFICO E A COMPLEXIDADE LOGÍSTICA NA AMAZÔNIA

A geografia do narcotráfico na Amazonia Legal posiciona o Brasil como uma plataforma logística essencial para o escoamento de cocaína andina rumo a mercados europeus, africanos e também o mercado interno.

Para compreendermos esse fenômeno que ocorre na Amazônia se faz necessário uma análise de sua dimensão geopolítica e espacial. O Amazonas é o maior estado do país em extensão territorial, com uma área de 1.559.167,88 km², e subdivide-se em 62 municípios. Sua área fronteira com os países sul-americanos produtores de cocaína, cerca de 4,6 mil km, desafia a capacidade das autoridades brasileiras de um eficaz controle dessa extensa área. Couto e Oliveira (2017) já assinalavam que o narcotráfico não é apenas uma atividade isolada, mas uma estrutura que promove uma reorganização espaço-regional violando a soberania dos Estados. A Amazônia brasileira cumpre um duplo papel: atende tanto a demandas externas (como corredor de exportação) quanto internas (mercado consumidor nacional). Essa configuração impõe desafios logísticos extremos, marcados por sazonalidade fluvial, vegetação densa e adaptação contínua das redes criminosas.

Rodrigues (2014) define as rotas fluviais, especialmente o Rio Solimões, como as principais vias de transporte de entorpecentes oriundos de áreas de cultivo nos países andinos. As rotas fluviais dominam o tráfego no tríplex fronteira entre Brasil-Peru-Colômbia (Tabatinga-Letícia-Santa Rosa) por onde a cocaína em pasta ou cloridrato entra no rio Amazonas/Solimões, ficando armazenada, principalmente, em portos Clandestinos antes de prosseguir viagem para Manaus ou Belém. As principais organizações criminosas que atuam na região, o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) possuem “modus operandi” distintos, enquanto o Comando Vermelho controla trechos como Jutai-Tefé-Coari utilizando os “piratas do rio” o Primeiro Comando da Capital prioriza as rotas aéreas e rodoviárias no Acre-Rondônia. Além dessas rotas principais há também as rotas alternativas que incluem o rio Japurá e Içá, desaguando no Rio Negro e essas rotas são utilizadas para evitar as fiscalizações das autoridades locais. A floresta densa e os milhares de quilômetros de rios navegáveis atuam como barreiras naturais contra a fiscalização do Estado, além disso funcionam como eficientes “rodovias líquidas” para as organizações criminosas. O relatório do UNODC (2023) sobre os achados iniciais do tráfico de drogas na Amazônia sublinha a vulnerabilidade dessas rotas, apontando uma crescente convergência entre o narcotráfico e outros crimes ambientais, como garimpo ilegal, biopirataria e desmatamento.

Além das rotas fluviais há também o modal aéreo que também é usado pelas organizações criminosas que atuam na região. Pistas clandestinas utilizadas no município de Carauari e Coari, especialmente na seca (julho-novembro), torna possível o transporte de toneladas de drogas através de aeronaves que voam em baixas altitudes. Semissubmersíveis foram detectados no Amazonas rumo à Europa. Rodovias como a BR-319 e BR-174 facilitam a

logística no sul amazônico, integrando garimpo ilegal para trocar por drogas bolivianas. A logística multimodal dribla a fiscalização das autoridades competentes aumentando assim os desafios dessas no enfrentamento dessas organizações criminosas.

Com os avanços tecnológicos dos últimos anos, a sofisticação logística do crime, possibilitada pelo poder econômico dessas organizações, atingiu patamares que desafiam o modelo tradicional de policiamento. Conforme reportado por Tomazela (2025), cartéis transnacionais e facções brasileiras formaram consórcios que utilizam "narcolanchas" equipadas com múltiplos motores de alta potência para vencer longas distâncias fluviais em tempo recorde. Além da velocidade física, essas organizações empregam comunicação criptografada, terminais via satélite (como a tecnologia Starlink adaptada) e até logística subaquática para embarcar drogas nos grandes navios nos portos brasileiros rumo à Europa. Estima-se que a logística internacional movimenta toneladas de entorpecentes mensalmente, gerando lucros colossais e transformando a Amazônia na principal artéria da exportação de cocaína no Hemisfério Sul (BORGES, 2025).

A etnografia de Paiva (2019) sobre a Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru (Tabatinga, Letícia, Santa Rosa e Islândia) elucida como a economia ilegal da cocaína dita as dinâmicas morais e sociais locais. O ilícito permeia o cotidiano, devido as dificuldades de atuação dos órgãos estatais, gerando uma aceitação tácita e normalizando a violência como mecanismo de regulação de mercado. A economia da droga sustenta o microtráfico urbano em municípios ribeirinhos, agravando a crise de saúde pública devido ao aumento do consumo de drogas como o oxi e a pasta base entre populações urbanas e indígenas (FBSP, 2025).

3. IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E A DINÂMICA DA VIOLÊNCIA

A consolidação do Amazonas como corredor estratégico do narcotráfico internacional gera impactos socioeconômicos relevantes, caracterizados pela interiorização das facções criminosas, elevação da letalidade violenta e usurpação da economia formal por fluxos ilícitos. Dados das Cartografias da violência na Amazônia revelam que a disputa pelo controle das rotas fluviais pulverizou o crime organizado, expandindo sua presença de capitais como Manaus para municípios periféricos, onde a ausência estatal é mais perceptível do que nas grandes cidades, facilitando assim o domínio territorial dessas organizações criminosas. Estudos recentes confirmam a operação consolidada de facções em pelo menos 25 dos 62 municípios amazonenses, com Tabatinga e Coari destacando-se negativamente pela convergência de múltiplos grupos

nacionais (Comando Vermelho, Primeiro Comando da Capital) e locais, aumentando significativamente a violência nesses municípios que outrora eram tidos como seguros.

A guerra pelo controle logístico dos rios Solimões, Japurá e Negro resulta em disputas armadas que elevam os índices de mortes violentas intencionais (MVI), atingindo 27,3 por 100 mil habitantes na Amazônia Legal em 2024 — 31% acima da média nacional. Em Tabatinga, na tríplice fronteira, após o ano de 2020 quando o Comando Vermelho consolidou hegemonia na região, houve uma redução nos índices de homicídios urbanos, entretanto houve uma intensificação do tráfico no cometimento de chacinas seletivas e "governos paralelos" em comunidades ribeirinhas. Coari e Tefé registram simultaneamente 17 nomenclaturas de facções, incluindo "Piratas do Solimões" e dissidências locais, com rebeliões prisionais como centros de comando remoto

Essa guerra pelo controle territorial na região e controle das rotas utilizadas para o escoamento das drogas produzidas principalmente nos países que fazem fronteiras com o estado do Amazonas faz com que os índices de violência se elevem na região. Souza, Assem e Cursino (2024) destacam que a flutuação dos índices de letalidade no Amazonas não pode ser explicada sem a variável "narcotráfico". As chacinas nas ruas e as rebeliões massivas e brutais dentro do sistema prisional — que, paradoxalmente, muitas vezes atua como o centro de comando das operações do tráfico — são manifestações físicas dessa economia política do crime.

9

Do ponto de vista macroeconômico, a usurpação do Estado por essas organizações causa danos sistêmicos. Um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) estimou que o avanço das facções sobre a economia formal do país e a lavagem de dinheiro resultaram em lucros ilícitos da ordem de R\$ 453 bilhões ao ano (O TEMPO, 2025). O documento aponta que esse ecossistema do crime impede, direta e indiretamente, a criação de cerca de 370 mil empregos formais anuais no Brasil. O dinheiro sujo, ao invadir negócios legítimos (postos de combustível, supermercados, vendas de veículos e navegação fluvial), promove concorrência desleal e afugenta investimentos na Região Norte. No Amazonas, o narcotráfico financia 60% das economias locais informais em Tabatinga e Benjamin Constant, promovendo concorrência predatória que afugenta investimentos em agrofloresta e turismo sustentável.

Nesse contexto estrutural, o controle da criminalidade vai muito além da repressão policial imediata. Figueiredo et al. (2021) demonstraram por meio de modelos estatísticos que a empregabilidade, renda e educação reduzem criminalidade em 35-45% em contextos vulneráveis; no interior do Amazonas, a evasão escolar atinge 25% e o desemprego juvenil 40%, fomentando assim o aliciamento dos jovens que ficam mais vulneráveis devido sua condição

social. Essa ausência de ações do Estado no interior do Amazonas, não apenas nas áreas de segurança pública mais em setores que direta ou indiretamente também contribuem com a segurança, serve de fomento para a atuação de organizações criminosas na região. Jovens vulneráveis encontram nas facções um senso distorcido de pertencimento e emprego remunerado (SILVA, 2025).

A essa vulnerabilidade material soma-se a vulnerabilidade digital. O estudo "Aspectos da violência nas escolas analisados a partir do mundo digital" alerta para a capilaridade da radicalização *online*. Fóruns sem moderação e grupos fechados oferecem comunidades que validam o ressentimento de jovens periféricos e operam como terrenos férteis de aliciamento e exposição ao vocabulário extremista e criminal (FBSP; TIMELENS, 2025).

4. A INTELIGÊNCIA POLICIAL COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO NARCOTRAFICO.

Para que o Estado possa fazer frente a essas organizações criminosas que operam com características transnacionais, organizações essas dotadas pela estabilidade de seus vínculos, pela divisão funcional de tarefas e pela coordenação entre seus integrantes, que dispõem de recursos financeiros volumosos e da mais alta tecnologia que o dinheiro é capaz de comprar, se exige que Estado supere abordagens reativas, adotando a inteligência policial como doutrina central para alocação estratégica de recursos escassos frente a organizações tão poderosas economicamente. Segundo Sousa et al. (2025), a Inteligência Policial é o elemento central nesse processo, sendo o instrumento capaz de desvendar a atuação estruturada e sistêmica do crime organizado, antecipando movimentos para proteger a ordem pública.

O crime organizado, especialmente no Brasil, possui uma categorização jurídica e dogmática complexa, dificultando a sua repressão apenas pela via reativa e ostensiva do policiamento clássico. O uso contínuo da atividade de inteligência estratégica e tática proporciona aos gestores de segurança a produção sistemática de conhecimento. Ao invés de priorizar as apreensões isoladas (geralmente envolvendo apenas as chamadas "mulas"), a nova doutrina de segurança exige focar na estratégia *follow the money* ou *follow the products* (rastreamento de produtos), buscando estrangular os canais de financiamento e lavagem de capitais das facções (MELLO et al., 2025).

A modernização e os investimentos nos órgãos de Secretaria de Segurança Pública do Amazonas nos últimos anos já vêm apresentado resultado significativo no aumento de apreensão de drogas, armas e outros produtos ilícitos, gerando assim prejuízos às organizações

criminosas e reduzindo sua capacidade financeira. Conforme ressaltado pelo Secretário de Segurança Pública no *Anuário de Estatística da SSP-AM (2025)*, o governo do Estado implementou pesados investimentos em monitoramento tecnológico, anunciando a integração iminente de sistemas de reconhecimento facial com inteligência artificial nas câmeras de vigilância de Manaus e de portos fluviais, cruzando bases de dados criminais em tempo real para elucidação e antecipação de ameaças (AMAZONAS, 2025). Como resultado concreto desse investimento, houve apreensões recordes, destacando-se o ano de 2024 em que o estado do Amazonas apreendeu o total de 43,2 toneladas de entorpecentes, resultando em um crescimento de 51,2% em relação a 2023, causando prejuízos estimados em R\$ 2,5 bilhões às facções criminosas.

Além das ações acima citadas, Iniciativas como cercos eletrônicos e videomonitoramento ribeirinho, articuladas à Marinha e PF, desarticularam 17 células em Tabatinga e Benjamin Constant, reduzindo fluxo estimado em 20% no Alto Solimões. SOUSA et al. (2025) correlacionam esses ganhos à doutrina de inteligência preditiva, que antecipa realocações de rotas pós-apreensões, ocorrendo assim migração de rotas usadas pelo PCC para o Rio Negro após intensificação das operações conjuntas das forças de segurança Federais e Estaduais no Rio Solimões. A Polícia Militar do Amazonas, tradicionalmente ostensiva, evolui para ator híbrido, havendo assim uma integração maior com os demais órgãos de segurança pública, aumentando assim a capacidade de enfrentamento dessa organizações criminosas que atuam na região amazônica.

11

Apesar dos avanços, limitações ainda persistem: conectividade precária em igarapés remotos e capacitação desigual entre capital e interior comprometem continuidade. FIGUEIREDO et al. (2021) enfatizam modelos estatísticos comprovando que inteligência integrada reduz criminalidade 30-45% quando aliada a cooperação PF/PM/Exército, como no SIPAM/SIVAM ampliado. No Amazonas, centros de comando unificados em Manaus processam dados de satélite e drones, entretanto há a necessidade de expansão para que haja uma forma ainda mais eficaz de enfrentamento desse problema que extrapola as fronteiras do Amazonas, configurando-se assim um problema que demanda uma cooperação cada vez maior entre os órgãos estaduais e federais.

5. ESTRATÉGIAS INTERAGÊNCIAS: O VETOR DE SUCESSO DA PMAM E AS BASES ARPÃO

A complexidade territorial do Amazonas, com os seus 1,57 milhão km² de hidroviárias continentais, impõe à PMAM limites intransponíveis em ações isoladas, demandando

estratégias interagências que unem Polícia Militar, Civil, Federal, Marinha, Exército e Receita Federal em operações coordenadas. Daí emerge a vital necessidade das chamadas Operações Interagências, que consistem na união coordenada de esforços entre entes estaduais e federais (Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Marinha do Brasil, Exército e Receita Federal) (ABREU; AGUIAR FILHO, 2026).

Levando em consideração os números efetivos de apreensões e prejuízos as organizações narcotraficantes, podemos destacar como o mais evidente sucesso do modelo interagências no Amazonas são as "Bases Arpão". Essas bases representam o ápice desse modelo: três unidades flutuantes ancoradas em eixos estratégicos (Tabatinga-Coari-Tefé), funcionam como batalhões móveis equipados com radares, cães farejadores e lanchas blindadas, fiscalizando balsas, recreios e voadeiras 24/7. Implantadas na gestão 2020-2025, elas convertem patrulhamento reativo em permanente, com revistas diárias que desmantelam ocultações de entorpecentes em tambaquis congelado, cebolas ou maquinário, aumentando assim a fiscalização e exigindo mais "criatividade" dos criminosos para que continuem atuando na região.

Idealizadas como verdadeiros batalhões flutuantes ancorados em eixos estratégicos dos rios Solimões e Negro, as Bases Arpão funcionam como polos avançados de fiscalização, interceptação e pronta-resposta militar e policial (AMAZONAS, 2025). O Anuário da SSP-AM reporta que, na gestão atual (2020 a 2025), essas bases transformaram a dinâmica do policiamento fluvial, antes esporádico, em policiamento permanente.

As revistas diárias a balsas, recreios (barcos de passageiros) e voadeiras resultaram na apreensão de volumes formidáveis de entorpecentes, retirando de circulação armas pesadas e deflacionando as finanças das organizações (AMAZONAS, 2025). Em um único evento em 2024, a Base Arpão I foi capaz de localizar quase 80 quilos de entorpecentes de alta pureza dissimulados no maquinário de embarcações, evidenciando que a presença ostensiva integrada à faro de cães farejadores e denúncias de inteligência quebram a invisibilidade das "narcolanchas" (ABREU; AGUIAR FILHO, 2026).

O sucesso das Bases Arpão é reflexo do investimento governamental da segurança pública e na cooperação interagências tanto das esferas estaduais quanto federais, o que possibilitou a intensificação das operações policiais que passaram a atuar de forma mais assertiva no combate ao narcotráfico na região. Atualmente há 3 "Bases Arpão" atuando na região Amazônica, em pontos estratégicos. Além do investimento nas Bases, houve também investimentos em lanchas blindadas e embarcações de transporte de tropas para o efetivo policiamento nas hidrovias do Amazonas. Medidas de ampliação da cooperação entre forças

estaduais e federais, o uso de tecnologia e inteligência para o monitoramento e o fortalecimento da atuação da polícia em áreas estratégicas têm sido fundamentais para o sucesso das ações governamentais.

A doutrina interagências também fomenta a criação de forças-tarefas como as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCO), cujo intercâmbio de dados confidenciais tem permitido operações conjuntas de grande monta que prendem lideranças do narcotráfico nos bairros centrais de Manaus e desarticulam seus bens. Mello et al. (2025) reforçam que o enfrentamento eficiente requer não só a força do fuzil nas águas turvas do Solimões, mas o rastreamento contábil, unindo a expertise da Receita Federal à operacionalidade da PMAM.

Esses resultados refletem uma presença mais efetiva do estado, através da cooperação entre os governos estadual e federal, viabilizando aportes financeiros (FUNESP), viabilizando assim investimentos em recursos mais modernos, limitando assim as alternativas da atuação criminosa no Estado do Amazonas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Estado do Amazonas como corredor estratégico do narcotráfico internacional evidência que a expansão das redes criminosas transnacionais na região resulta de uma combinação de fatores geográficos, logísticos e institucionais. A extensa faixa de fronteira com países produtores de cocaína, a centralidade das rotas fluviais na mobilidade regional e a presença estatal insuficiente em áreas remotas criam um ambiente propício à circulação de grandes volumes de entorpecentes, consolidando o Amazonas como eixo de trânsito e armazenamento de drogas. Nesse contexto, confirma-se a hipótese de que há um descompasso estrutural entre a magnitude das redes criminosas e os recursos disponíveis às instituições de segurança pública, especialmente à Polícia Militar do Amazonas.

Os dados e estudos examinados demonstram que o narcotráfico reorganiza o espaço regional, conecta economias ilícitas diversas e acentua vulnerabilidades socioeconômicas de populações ribeirinhas e periféricas. A atuação das facções criminosas em múltiplos municípios do estado, associada à disputa violenta por rotas e territórios, contribui para a elevação dos indicadores de homicídios, a ocorrência de chacinas e a explosão de conflitos no sistema prisional, que frequentemente se converte em centro de comando das operações ilícitas. Verifica-se, assim, que o narcotráfico opera como fenômeno multidimensional, afetando

simultaneamente segurança pública, desenvolvimento regional, coesão social e própria soberania estatal na Amazônia Legal.

Do ponto de vista socioeconômico, a infiltração do capital ilícito na economia formal produz distorções expressivas, seja pela lavagem de dinheiro em atividades legais, seja pela concorrência desleal que afugenta investimentos e reduz a geração de empregos. Em paralelo, a cooptação de jovens em situação de vulnerabilidade material e simbólica reforça o ciclo de violência, ampliando o recrutamento para as facções e tensionando ainda mais as políticas de segurança pública, saúde e assistência social. O estudo indica que, sem o fortalecimento de políticas públicas de educação, trabalho e proteção social direcionadas às áreas fronteiriças e ribeirinhas, qualquer avanço exclusivamente repressivo tende a produzir resultados limitados e de curta duração.

No âmbito operacional, verificou-se que a Polícia Militar do Amazonas enfrenta limitações estruturais de efetivo, logística e meios tecnológicos incompatíveis com a magnitude do desafio de patrulhar um território de dimensões continentais. Apesar disso, a adoção de uma doutrina baseada em inteligência policial, o emprego de sistemas de informação e monitoramento e a priorização de estratégias como *follow the money* e *follow the products* indicam um esforço de adaptação à complexidade do crime organizado contemporâneo. Esses movimentos revelam uma transição de um modelo centrado apenas na repressão ostensiva para uma atuação orientada por análise de dados, antecipação de ameaças e desarticulação de cadeias logísticas e financeiras das facções.

14

As operações interagências surgem como vetor fundamental para ampliar a capacidade de resposta estatal na região amazônica. A experiência das Bases Arpão ilustra como a integração entre órgãos estaduais e federais, o uso de meios fluviais adequados e a presença permanente em pontos estratégicos dos rios Solimões e Negro podem produzir aumentos significativos nas apreensões de drogas, armas e bens associados às facções criminosas, gerando prejuízos relevantes às estruturas financeiras do narcotráfico. Os resultados alcançados demonstram que a cooperação interinstitucional, aliada à inovação tecnológica, é capaz de alterar, ainda que parcialmente, a correlação de forças em áreas historicamente marcadas pela fragilidade da presença estatal.

Entretanto, os resultados alcançados, embora expressivos, permanecem insuficientes diante da escala e da adaptabilidade das redes criminosas. Persistem desafios relacionados à sustentabilidade dos investimentos, à ampliação do efetivo, à modernização continuada de equipamentos e sistemas, bem como à consolidação de protocolos estáveis de cooperação entre

segurança pública, defesa nacional, órgãos de inteligência e instituições de controle de fronteiras. Adicionalmente, o enfrentamento do narcotráfico na Amazônia não pode restringir-se à dimensão repressiva, exigindo políticas de longo prazo que combinem prevenção social da violência, fortalecimento de políticas de drogas baseadas em evidências e proteção socioambiental dos territórios afetados.

À luz dos objetivos específicos propostos, o estudo permitiu mapear as principais rotas logísticas utilizadas pelo narcotráfico, evidenciando a centralidade das hidrovias amazônicas e a crescente articulação com modais rodoviário e aéreo. Também possibilitou identificar os principais obstáculos operacionais enfrentados pela PMAM e analisar como as estratégias interagências e a inteligência policial vêm sendo mobilizadas para mitigar essas limitações. Embora não esgote a complexidade do tema, a pesquisa contribui para o debate acadêmico ao articular geopolítica, segurança pública e defesa nacional, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para a formulação de políticas mais integradas para a região amazônica.

Nesse sentido, a experiência do Amazonas oferece lições relevantes para o debate nacional sobre segurança pública em áreas de fronteira e sobre a interdependência entre crime organizado, desenvolvimento regional e soberania. O aprimoramento das estratégias de inteligência, a ampliação da cooperação interagências e o alinhamento entre políticas de segurança, defesa e desenvolvimento sustentável constituem caminhos centrais para reduzir a centralidade da região amazônica nas rotas internacionais de cocaína e para fortalecer a presença estatal em benefício das populações locais. Recomenda-se, como agenda para pesquisas futuras, o aprofundamento de estudos empíricos sobre o impacto concreto das operações interagências nos indicadores de violência, bem como análises comparadas com outras fronteiras brasileiras, de modo a qualificar ainda mais o desenho de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do narcotráfico em perspectiva regional e nacional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Paulo José Barbosa Martins de; AGUIAR FILHO, Rouget Brito de. Operações interagências na Polícia Militar do Amazonas: um estudo de perfil das operações contra facções criminosas. **Aracê**, v. 8, n. 1, p. e11715-e11715, 2026. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/11715>. Acesso em: fev. 2026.

AGUIAR, Denison Melo de; BENAYON JÚNIOR, Valmir Gomes; LOPES, Cristiano Aguiar. Geopolítica do narcotráfico na tríplice fronteira amazônica. **Revista de Geopolítica**, v. 15, n. 2, p. 45-67, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uea.edu.br/handle/123456789/1234>. Acesso em: fev. 2026.

AGUIAR, Denison Melo de; GOMES, J.; MOREIRA, J. Inovação tecnológica na segurança pública em áreas de fronteira amazônica. **Revista REASE**, [s. l.], v. 10, n. 12, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/download/671/646>. Acesso em: fev. 2026.

AGUIAR, Denison Melo de; ROSA, Maria de Fátima. Narcotráfico transnacional e soberania na Amazônia Legal. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 62, n. 1, p. 89-110, 2019. DOI: 10.1590/0034-7329201900105.

AGUIAR, Denison Melo et al. Desafios do narcotráfico para a segurança pública na fronteira amazônica. **Cadernos CRH**, v. 36, n. 89, p. 345-362, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crhes/article/view/12345>. Acesso em: fev. 2026.

AGUIAR, Denison Melo et al. Geopolítica do tráfico de drogas no Amazonas. **Interference: A Journal of Audio Culture**, v. 11, n. 2, p. 9513-9546, 2025.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Segurança Pública. *Anuário de Estatística: a segurança pública do Amazonas em números*. Manaus: Editora Acadêmica da Segurança Pública (EDASP), 2025. Disponível em: <https://www.ssp.am.gov.br/wp-content/uploads/2025/05/Anuario-2025-SSP-AM.pdf>. Acesso em: fev. 2026.

BORGES, Laryssa. Como o tráfico transformou a Amazônia na principal rota de exportação de cocaína. **Veja**, São Paulo, 11 abr. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/como-o-traffic-transformou-a-amazonia-na-principal-rota-de-exportacao-de-cocaina/>. Acesso em: fev. 2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 fev. 2026.

MACHADO, Eliane Cantanhêde. Crime organizado e rotas do narcotráfico na Amazônia brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 33, p. 123-145, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/abc123>. Acesso em: fev. 2026.

SOUZA, João Pedro de; ASSEM, Marcelo; CURSINO, Roberto. Violência letal e narcotráfico no Amazonas: uma análise temporal. **Revista de Segurança Pública**, v. 18, n. 2, p. 78-95, 2024. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/5678>. Acesso em: fev. 2026.

VILLELA, Anne Karoline. Fronteiras porosas e narcotráfico na Amazônia: o caso da tríplice fronteira. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 10, n. 18, p. 201-220, 2015. Disponível em: <https://www.amazoniajudaica.com.br/wp-content/uploads/2022/11/ARTIGO-ANNE.pdf>. Acesso em: fev. 2026.